

O PROGRAMA ARQUITETÔNICO-URBANÍSTICO NOS PLANOS MUSEOLÓGICOS

Apresentação oral

1. Objeto - O trabalho consiste na discussão da metodologia a ser adotada para a elaboração do Programa Arquitetônico-urbanístico nos Planos Museológicos dos museus brasileiros, tendo em vista que o Estatuto de Museus (Lei Federal Nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009) aponta a obrigatoriedade de elaboração do referido instrumento para todas as instituições museológicas. De acordo com a minuta do Decreto que regulamentará o Estatuto de Museus, o Programa Arquitetônico-urbanístico do Plano Museológico deve abranger a identificação, a conservação e a adequação dos espaços livres e construídos, bem como das áreas de entorno da instituição, contendo descrição dos espaços e instalações, além de informar sobre os aspectos de acessibilidade, conforto ambiental, circulação, identidade visual e possibilidades de expansão.

2. Objetivos

Geral: Sugerir metodologia para a elaboração do Programa Arquitetônico-urbanístico nos Planos Museológicos dos museus brasileiros.

Específicos: Ampliar o entendimento sobre o Programa Arquitetônico-urbanístico dos Planos Museológicos; Subsidiar a elaboração de aula para a Unimuseus, no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram); Possibilitar a coleta de informações e reflexões para a elaboração de planos de ação para os museus e a cooperação entre as equipes técnicas das instituições e do Ibram sede.

3. Metodologia - O desenvolvimento do presente trabalho pautou-se na análise dos Planos Museológicos dos museus do Ibram, em uma revisão bibliográfica que amplia o entendimento inicial de um Programa Arquitetônico-urbanístico e nas discussões preliminares da equipe técnica do Ibram para a elaboração das aulas da Unimuseus, curso virtual a ser implantado pelo Ibram.

4. Resultados - A precariedade das informações, reflexões e proposições no âmbito do Programa arquitetônico-urbanístico presente na maioria dos planos museológicos dos museus do Ibram torna evidente a necessidade de uma orientação e definição de metodologia a ser adotada pelos museus, a fim de tornar seus planos instrumentos de planejamento que possibilitem a definição de estratégias de ação. Muitas vezes, as equipes técnicas são demandadas e não encontram nos referidos planos as informações necessárias para a elaboração de projetos no intuito de melhorar as condições físicas das próprias instituições. Percebe-se, de início, que há necessidade da compreensão, pelas instituições museológicas, de que o termo urbanístico amplia o entendimento inicial de programa de arquitetura para museus, tornando explícito, que desde a sua concepção, o espaço do museu não pode ser considerado encerrando-se em si mesmo, pois está inserido em um contexto urbano mais amplo, com o qual interage e interfere. Dessa forma, sugere-se a seguinte estrutura para o Programa Arquitetônico-urbanístico dos museus:

4.1. Atividades preliminares

4.1.1. Estudo da legislação municipal de uso do solo, identificando instrumentos presentes nos Planos Diretores e Leis Complementares que possam servir como incentivo para a implantação/manutenção dos museus, tais como Outorga Onerosa do Direito de Construir, Transferência do Direito de Construir e incentivos fiscais.

4.1.2. Elaboração de Programa de Necessidades na etapa do Diagnóstico do Plano Museológico. Em arquitetura, um programa de necessidades é o conjunto sistematizado de

necessidades para um determinado uso de uma construção. É elaborado nas fases iniciais do projeto a fim de nortear as decisões a serem tomadas, funcionando como um dos principais determinantes do projeto. O Plano Museológico de um museu existente ou a ser criado deve tratar do Programa de Necessidades já na etapa do Diagnóstico, antes mesmo da etapa de definição de programas, projetos e ações.

4.2. Programa Arquitetônico-urbanístico nos Planos Museológicos de museus existentes

4.2.1. O museu que queremos. Perguntas orientadoras: A atual estrutura do museu, descrita no Diagnóstico, atende ao Programa de Necessidades? Há necessidade de criação, otimização ou supressão de ambientes nos espaços físicos do museu? Existe déficit e/ou inadequação dos espaços no museu? Como se dá o planejamento para utilização dos espaços internos e externos do museu? Como a questão da acessibilidade vem sendo tratada pela instituição? Quais os aspectos da estrutura física que demandam intervenções no museu? De que forma o Programa Arquitetônico-urbanístico pode se integrar a outros programas, tais como o de Segurança, o de Acervos e o de Exposições?

4.2.2. Planejamento de intervenções – definição de prioridades, proposta de cronograma, possibilidades de fomento - Nesta etapa do Programa Arquitetônico-urbanístico, deve haver uma reflexão sobre o “museu ideal” pensado na etapa anterior, entendendo os limites e possibilidades da instituição. Dessa forma, sugere-se a elaboração de uma estratégia de ação para atingir os objetivos, contemplando: 1 - Identificação de intervenções necessárias com definição de prioridades; 2 - Balanço das intervenções já realizadas em períodos anteriores; 3 - Estimativa de custos e possibilidades de fomento; 4 - Estratégia de ação com cronograma; 5 - Estratégia de monitoramento das ações.

4.3. Programa Arquitetônico-urbanístico nos Planos Museológicos de novos museus

4.3.1. Programa de Necessidades como ponto de partida - Diferentemente dos museus existentes e a despeito do porte da instituição, os novos museus podem ser pensados, desde a sua concepção, de forma a atender às demandas identificadas no Programa de Necessidades. Dessa maneira, seguem algumas perguntas orientadoras: Qual a estrutura necessária ao museu para que atenda ao Programa de Necessidades? O museu já dispõe de espaço físico para sua instalação ou necessitará adquirir terreno/imóvel? Como se dará o planejamento para utilização dos espaços no museu? Já foi desenvolvido um estudo preliminar do projeto arquitetônico/paisagístico da instituição? Como a questão da acessibilidade e do conforto ambiental estão sendo/serão tratadas no projeto? Há necessidade de realização de Estudo de Impacto de Vizinhança? O projeto será em prédio histórico? Trata-se de inserção de arquitetura contemporânea em conjunto histórico? Quais os condicionantes de acordo com a legislação aplicável? Qual a relação do programa arquitetônico com o entorno? Será realizado estudo de acessos e fluxos? De que forma o Programa Arquitetônico-urbanístico se integrará a outros programas, tais como o de Segurança, o de Acervos e o de Exposições?

4.3.2. Etapas de implantação. Memorial descritivo, estudo preliminar, etapas de implantação, possibilidades de fomento- Em se tratando de novos museus, o planejamento das intervenções compreende: Elaboração de Estudo preliminar com memorial descritivo; Estimativa de custos e possibilidades de fomento; Etapas de implantação; Estratégia de ação com cronograma; Estratégia de monitoramento das ações.

5. Considerações finais – Através do presente trabalho espera-se contribuir para o entendimento, pelos museus, das possibilidades de abordagens para o Programa arquitetônico-urbanístico a fazer parte dos Planos Museológicos, possibilitando um esforço direcionado, que resultará em documentos úteis para a definição de prioridades e atuação das equipes técnicas.

6. Referências Bibliográficas

BRASIL. 2003. **Constituição da República Federativa do Brasil -1988**. 31 ed., Editora Saraiva: São Paulo, Brasil.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001.

BRASIL. **Estatuto de Museus**. Lei Federal nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009.

LIMA, Francisco Pedroso de. **A Evolução de Conceitos Entre as Declarações de Santiago e de Caracas**. Cadernos de Museologia Nº 1, 1993.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Legislação Sobre Museus**. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/>. Acesso em: 10 de julho de 2012.